

A Democracia e a União Europeia Serão Compatíveis?

Entre os maiores desenvolvimentos históricos dos últimos vinte e cinco anos, dois têm sido especialmente significativos: a propagação da democracia multipartidária e o crescente poder e maior assertividade das instituições políticas internacionais.

A pergunta simples é a seguinte: será que as grandes instituições internacionais são capazes de ser democráticas?

Será que instituições como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em Estrasburgo e a burocracia de Bruxelas estão a minar a liberdade que foi alcançada em Espanha e Portugal durante a década de 1970 e na Europa Central e de Leste no final da década de 1980?

Existem no mínimo três pré-condições para a democracia:

- Uma cultura cívica partilhada;
- Um conjunto de instituições políticas – sobretudo eleições livres e justas;
- Um sistema onde as eleições possam demitir um governo e reverter as políticas impopulares desse governo.

E existem três conceitos diferentes de União Europeia:

- Uma união que é essencialmente económica;
- Uns Estados Unidos da Europa: a criação de um novo país único;
- Uma fase de meio-termo com semisoberania para os estados membros e semisoberania para Bruxelas. [162]

A primeira opção oferece grandes vantagens e poucos problemas demo-



POR
**Michael
Pinto-
Duschinsky**

Consultor Sénior de Assuntos Constitucionais para o Policy Exchange, Londres

cráticos. A segunda opção, uma total integração, tem um ponto a seu favor. As novas instituições políticas de uns Estados Unidos da Europa seriam claras e compatíveis com instituições democráticas formais. Mas existem dois problemas básicos:

- Alguns países membros da União Europeia e – mais importante – os seus povos estão completamente contra o Euro-federalismo;
- Para verificarmos a falta de uma cultura cívica comum basta olharmos para a enorme quantidade de línguas que fazem com que o discurso político significativo seja impossível.¹ Não existe agora, e muito provavelmente não existirá num futuro próximo, um sentido europeu comum de nacionalidade.

Assim, as elites do poder na Europa adoptaram abertamente o terceiro modelo de União Europeia, à medi-

da que vão trabalhando gradualmente para uns Estados Unidos da Europa. Este terceiro modelo é uma forma de soberania supostamente “partilhada”, uma mistura do nacional com o internacional.² Questiono-me se os conceitos de soberania “partilhada”, da possível entrega temporária – mas recuperável – da soberania a uma União Europeia, ou uma entrega parcial da soberania nacional têm alguma coerência teórica ou prática. Quase tudo o que se tem escrito sobre a matéria é pouco claro e é confuso.³ O que parece estar a acontecer é que os governos nacionais estão a ser pressionados para gradualmente entregarem poderes a Bruxelas de uma forma que é deliberadamente ocultada ao público e mesmo à maioria dos políticos nacionais. É necessário haver um debate franco e aberto acerca do destino que se pretende dar ao processo. Este debate não deve ser evitado pelas táticas utilizadas pelos Comunistas para alcançarem o poder na Hungria depois de 1945. Estas táticas foram as célebres táticas “salame” de Matyas Rakosi – as liberdades foram sonogadas e os poderes Comunistas foram consolidados fatia a fatia. A sonogação do poder nacional fase a fase tem o mesmo motivo. As nações chegarão a um ponto em que não poderão realmente escolher se querem ou não perder a sua independência. Esta pode ser uma forma inteligente de



“

O que parece estar a acontecer é que os governos nacionais estão a ser pressionados para gradualmente entregarem poderes a Bruxelas de uma forma que é deliberadamente ocultada ao público e mesmo à maioria dos políticos nacionais

as elites europeias avançarem. Mas não é certamente democrática. Irá produzir um sentimento crescente de frustração e alienação, especialmente em países com tradições democráticas muito fortes, como é o caso do Reino Unido.

Os princípios da democracia requerem duas coisas:

- A decisão de desistir da soberania

nacional para criar um novo estado federal na Europa deve ser tomada país a país por eleitorados nacionais;

- Uma decisão tão séria como a de sacrificar a independência nacional precisa de ser apoiada por uma proporção da população que seja maior do que apenas uma escassa maioria. Enquanto membros de uma comu-

nidade académica internacional e enquanto teóricos políticos é nosso dever questionar e escrutinar. Lembro que o conflito discutível entre a democracia e as forças da globalização é uma questão que exige uma profunda reflexão.

O Policy Exchange é um dos principais grupos de reflexão britânicos. Esta afirmação é feita a nível pessoal. ■

NOTAS

¹ Ver Michael Pinto-Duschinsky, 'All in the Translation: What the proposed European Constitution means for Britain', *Times Literary Supplement*, 3 de Junho de 2003

² A questão do objectivo último da União Europeia está longe de ser clara. Para alguns, a defesa de "soberania partilhada" é genuína e para outros é apenas um estádio intermédio no caminho de uma transferência total de soberania para uns Estados Unidos da Europa. O site oficial da União Europeia para o Comissário responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania proclama abertamente o seu apoio à ideia de uns Estados Unidos da Europa e às mudanças constitucionais que serão "irreversíveis". Esta postura entra em conflito com o princípio básico da Constituição Britânica. O princípio da Soberania Parlamentar significa que um Parlamento do Reino Unido não pode limitar Paramentos sucessores do Reino Unido. Decisões "irreversíveis" são aquelas que retiram aos eleitores britânicos a oportunidade de votarem numa eleição seguinte para mudarem de opinião.

O objectivo já mencionado de uma "união cada vez mais estreita" não leva o debate avante uma vez que é muito vago e está sujeito a várias interpretações. Pode ser visto como um compromisso com o objectivo geral de uns Estados Unidos da Europa. Mas também pode ser visto

como um desejo de mitigar os conflitos que conduziram às Guerras Mundiais e ao Holocausto. De acordo com esta última interpretação, uma tentativa artificial de forçar os diferentes países europeus a formarem um único estado conduzirá a tensões que dificultarão o aumento das relações de amizade.

³ Existe uma grande quantidade de literatura e até um novo jornal intitulado *Global Constitutionalism*. No entanto, a questão fundamental que coloco na declaração anterior, não é suficientemente discutida, quer a nível político quer a nível público. É frequente encontrarem-se expressões exaltadas de apoio à soberania nacional nos trabalhos de académicos norte-americanos tais como John Fonte, autor de *Sovereignty or Submission*, e Jeremy Rabkin. Ver *Law Without Nations?*, *The Case for Sovereignty* e *Why Sovereignty Matters*. Em contrapartida, Richard Bellamy da University College, Londres, tenta argumentar que a europeização é compatível com a democracia parlamentar britânica. Note-se que a análise sobre a unificação europeia apresentada pelo diplomata britânico Sir Robert Cooper incide principalmente sobre questões de segurança e não parece referir a questão da democracia. Ver *The post-modern state* e *The Breaking of Nations*. Outras contribuições incluem o muito citado *Models of Democracy* de David Held.

